



## ***A Escola e a Epidemia Silenciosa da Psicopatologização e da Medicalização***

Carlos Henrique Barbosa Rozeira<sup>1</sup>; Amanda Cabral Daniel Vicente<sup>2</sup>; Carla Corê Maette<sup>3</sup>; Carlos Alberto Alves Pinheiro<sup>4</sup>; Danielle da Silva Zanon<sup>5</sup>; Eduardo de Freitas Queiroz<sup>6</sup>; Everton Bonato Pacheco<sup>7</sup>; Gabriela Fagundes Barros D'Elia<sup>8</sup>; Izabel Cristina Venuto Ferreira de Souza<sup>9</sup>; João Paulo Gonçalves Ferreira<sup>10</sup>; Jonce de Oliveira<sup>11</sup>; Julio Henrique Vicente dos Santos<sup>12</sup>; Marcos Fernandes da Silva<sup>13</sup>; Renatta da Silva de Oliveira<sup>14</sup>; Virna Lisi Mozer<sup>15</sup>

### ARTIGO ORIGINAL

#### **RESUMO**

No caminho da educação, uma sombra silenciosa se insinua pelos corredores das escolas, transformando desafios cotidianos em diagnósticos clínicos. É o espectro da psicopatologização na educação, em que comportamentos são rotulados, sintomas são medicalizados, e a singularidade dos alunos se perde na busca por uma normalidade ilusória. O simples ato de ser diferente, de desafiar o *status quo*, é suficiente para ser etiquetado como anormalidade, alimentando uma indústria próspera de medicamentos que busca corrigir o que não é necessariamente errado. A raiz desse fenômeno pode ser rastreada até os resquícios da Segunda Guerra Mundial, quando a revolução terapêutica abriu portas para a medicalização da vida, transformando problemas sociais em questões de saúde. Desde então, os ideais higienistas se entranharam na educação, moldando uma cultura de diagnóstico excessivo e intervenções farmacológicas que obscurecem a verdadeira natureza dos desafios enfrentados pelos alunos. Mas quem se beneficia desse processo? Certamente não são os alunos, cuja diversidade e singularidade são suprimidas sob o peso de rótulos e prescrições. Não são os professores, sobrecarregados com a responsabilidade de lidar com problemas complexos através de soluções simplistas. São, talvez, os interesses comerciais que lucram com a transformação da educação em um mercado para medicamentos, onde cada fracasso escolar se converte em uma oportunidade de negócio. No entanto, há esperança. Reconhecer a psicopatologização na educação é o primeiro passo para desfazer suas amarras. É entender que problemas escolares não são simplesmente problemas médicos, mas sim manifestações de injustiças sociais, pressões acadêmicas e falta de apoio emocional. É abraçar uma abordagem holística e colaborativa, em que cada aluno é visto como um ser único, com necessidades e potenciais distintos. Assim, o objetivo deste artigo constitui em explorar criticamente os fenômenos da psicopatologização e da medicalização na educação contemporânea, fornecendo uma análise dos conceitos, contextos históricos e implicações práticas desses processos.

**Palavras-chave:** Psicopatologização. Patologização. Medicalização. Educação. Saúde mental.

# The School and the Silent Epidemic of Psychopathologization and Medicalization

## ABSTRACT

On the path of education, a silent shadow creeps through school corridors, turning everyday challenges into clinical diagnoses. It's the specter of psychopathologization in education, where behaviors are labeled, symptoms are medicated, and students' uniqueness is lost in pursuit of an illusory normalcy. The simple act of being different, of challenging the status quo, is enough to be labeled as abnormality, fueling a thriving industry of medications seeking to correct what isn't necessarily wrong. The root of this phenomenon can be traced back to the remnants of World War II, when the therapeutic revolution paved the way for the medicalization of life, turning social problems into health issues. Since then, hygienist ideals have seeped into education, shaping a culture of excessive diagnosis and pharmacological interventions that obscure the true nature of the challenges faced by students. But who benefits from this process? Certainly not the students, whose diversity and uniqueness are suppressed under the weight of labels and prescriptions. Not the teachers, burdened with the responsibility of addressing complex problems through simplistic solutions. Perhaps, it's the commercial interests profiting from turning education into a market for medications, where every academic failure becomes a sales opportunity. However, there is hope. Recognizing psychopathologization in education is the first step to undoing its bonds. It's understanding that school problems are not simply medical issues, but manifestations of social injustices, academic pressures, and lack of emotional support. It's embracing a holistic and collaborative approach, where each student is seen as a unique being with distinct needs and potentials. Thus, the aim of this article is to critically explore the phenomena of psychopathologization and medicalization in contemporary education, providing an analysis of the concepts, historical contexts, and practical implications of these processes.

**Keywords:** Psychopathologization. Pathologization. Medicalization. Education. Mental health.

**Instituição afiliada** – <sup>1</sup>Psicólogo, Pós Graduado em Psicologia Escolar e Educacional, Mestrando em Ensino pela Universidade Federal Fluminense (UFF), ariezor@hotmail.com; <sup>2</sup>Advogada, Mestranda em Ensino pela Universidade Federal Fluminense (UFF), contato@amandacabral.adv.br; <sup>3</sup>Professora de Língua Portuguesa, Mestranda em Ensino pela Universidade Federal Fluminense (UFF), carlacoremk@gmail.com; <sup>4</sup>Professor de História e Jornalista, Mestrando em Ensino pela Universidade Federal Fluminense (UFF), betoalves.tv@gmail.com; <sup>5</sup>Pedagoga, Mestranda em Ensino pela Universidade Federal Fluminense (UFF), daniellezanon2@gmail.com; <sup>6</sup>Professor de Biologia, Mestrando em Ensino pela Universidade Federal Fluminense (UFF), eduardoqueiroz@id.uff.br; <sup>7</sup>Professor, Mestrando em Ensino pela Universidade Federal Fluminense (UFF), professeverton@gmail.com; <sup>8</sup>Acadêmica de Medicina pela Universidade do Grande Rio - Afya Brasil, gabriela0605delia@gmail.com; <sup>9</sup>Psicopedagoga, Universidade Iguazu (Unig), belvenuto09@gmail.com; <sup>10</sup>Biólogo, Mestrando em Ensino pela Universidade Federal Fluminense (UFF), joaopaulo.ciencias@gmail.com; <sup>11</sup>Pedagogo, Mestrando em Ensino pela Universidade Federal Fluminense (UFF), jonice.oliveira@educacao.mg.gov.br; <sup>12</sup>Enfermeiro pela Universidade Fundação Educacional e Cultural São José de Itaperuna, Pós Graduado em Docência do Ensino Superior e Metodologias Ativas de Aprendizado pela Descomplica Faculdade Digital, juliodaenfermagemfilosofica@gmail.com; <sup>13</sup> Enfermeiro, Graduando em Medicina pela Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC), marco\_s\_silva@hotmail.com; <sup>14</sup>Professora de Língua Portuguesa, Mestranda em Ensino pela Universidade Federal Fluminense (UFF), renattaoliveira@id.uff.br; <sup>15</sup>Psicóloga, Universidade UniRedentor (Afya), Pós Graduada em Terapia Cognitivo Comportamental, vinalisimozer@gmail.com.

**Dados da publicação:** Artigo recebido em 31 de Janeiro e publicado em 21 de Março de 2024.

**DOI:** <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n3p2056-2076>

**Autor correspondente:** Carlos Henrique Barbosa Rozeira, [ariezor@hotmail.com](mailto:ariezor@hotmail.com)

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



## INTRODUÇÃO

Na escola, enquanto muitos celebram a tranquilidade aparente das crianças medicadas, uma sombra paira sobre a sociedade. Sob a fachada da harmonia, estamos testemunhando uma epidemia silenciosa: a medicalização em massa da infância e adolescência. O que parece uma solução rápida para acalmar os ânimos, na verdade esconde uma realidade brutal.

Nos corredores das instituições educacionais, os pequenos alunos são transformados em seres dóceis, enquanto os adolescentes, por sua vez, têm suas rebeldias contidas por comprimidos. Mas será que estamos, realmente, resolvendo seus problemas ou apenas mascarando sua dor?

Na era da aceleração, o excesso de ruídos faz parte do cotidiano. Gritos de socorro já não são mais escutados, pelo contrário, podem ser silenciados. A sociedade admite o barulho das coisas, mas reprime o barulho das pessoas. Qualquer manifestação natural é condessada à diagnósticos impressionantes, pois beira a vulgaridade comportamental. Uma criança que chora, grita, pula e brinca não é mais considerada uma criança saudável. Pais e responsáveis, ficam aflitos e recorrem à meios que oferecem resultados imediatos: a medicalização. Nesse sentido, adultos se sentem aliviados das dificuldades dos filhos, a sociedade fecha os olhos para os jovens marginalizados, relegando-os ao esquecimento. E sob a luz dos laboratórios farmacêuticos, suas vozes são abafadas e suas angústias ignoradas.

Neste contexto, a psicopatologização e a medicalização apresentam desafios significativos para a saúde mental das crianças e adolescentes. Em paralelo, a luta contra o estigma e pela inclusão na educação emerge como um elemento vital para garantir que todos os alunos tenham acesso a oportunidades educacionais significativas e equitativas, ou seja, tombamos na famosa frase “educação para todos”.

Essa expressão, cunhada a partir da Conferência Mundial sobre Educação para Todos em 1990, realizada na Tailândia, reflete um compromisso global em garantir que todos tenham acesso aos conhecimentos básicos necessários para uma vida digna. É um compromisso consagrado na Declaração de Jomtien, que destaca princípios fundamentais, como a educação como arma contra a pobreza, a importância da educação para mulheres e meninas, e a necessidade de uma abordagem de

aprendizagem ao longo da vida (Menezes, 2015).

No entanto, mesmo diante desses princípios nobres, nos deparamos com uma realidade preocupante na educação: a crescente tendência de patologizar comportamentos considerados fora do padrão estabelecido. A aprendizagem e a não-aprendizagem são frequentemente vistas como questões individuais, negligenciando-se o papel do ambiente escolar e a diversidade de experiências e trajetórias de aprendizagem (Rozeira, 2020).

Nessa sociedade ávida por diagnósticos, é comum a tentação de rotular comportamentos que escapam ao padrão como transtornos. No entanto, é importante questionar até que ponto essa busca pela normalidade pode se tornar uma armadilha, obscurecendo a complexidade humana por trás dos rótulos. A pressa em diagnosticar e medicar pode, muitas vezes, sufocar a autenticidade e a individualidade, comprometendo o verdadeiro processo de cura emocional (Rozeira, 2020; Castanhola; Papa, 2021).

A infância, por sua vez, não escapa dessa tendência. Crianças são frequentemente submetidas a padrões rígidos que não levam em consideração sua diversidade de desenvolvimento. Comportamentos que fogem ao esperado são rapidamente rotulados, limitando o potencial único de cada criança e reforçando uma visão unidimensional da experiência humana (Rozeira, 2020).

A psicopatologização desses comportamentos não apenas afeta a autoestima daqueles rotulados, mas também molda a maneira como a sociedade os percebe. Ao invés de celebrar a diversidade e a variabilidade inerentes à experiência humana, somos tentados a espremê-las em moldes restritos, criando uma visão simplificada e estigmatizada da saúde mental.

É relevante, portanto, exercer cautela ao interpretar comportamentos e resistir à tentação de aplicar rótulos precipitados. A verdadeira compreensão requer uma abordagem holística, atenta à individualidade de cada ser humano. Somente através dessa abertura para a complexidade podemos construir uma sociedade mais empática e inclusiva, onde o respeito à diversidade é a norma, não a exceção.

A estigmatização do sofrimento psíquico, muitas vezes reduzido a causas biológicas, reflete uma abordagem simplista e farmacocêntrica, negligenciando a

complexidade dos processos psíquicos. O uso indiscriminado de psicofármacos evidencia a pressão para adequar os indivíduos a padrões predefinidos, em detrimento de sua verdadeira autonomia e bem-estar emocional (Rozeira, 2020).

O objetivo deste artigo constitui em explorar criticamente os fenômenos da psicopatologização e da medicalização na educação contemporânea, fornecendo uma análise dos conceitos, contextos históricos e implicações práticas desses processos.

## **METODOLOGIA**

Em consonância com a proposta delineada por Silva e Baptista (2021) e em reconhecimento à relevância do tema em questão, este estudo se configura como uma investigação de natureza teórica e crítica, voltada para a ampliação do entendimento acerca dos processos de psicopatologização e medicalização no contexto educacional. Ao adotar uma abordagem exploratória qualitativa, fundamentamo-nos na análise e síntese de informações provenientes da literatura científica especializada nessas temáticas, seguindo as orientações de Mancini e Sampaio (2007). Estes autores destacam que as revisões de literatura possibilitam uma análise criteriosa e a integração de conhecimentos, culminando em conclusões substanciais sobre o assunto.

Na condução da pesquisa bibliográfica, foram empregados termos específicos para a busca, estabelecendo critérios que nortearam a seleção de estudos e a compreensão do cenário contemporâneo relacionado à psicopatologização e medicalização no âmbito educacional. A pesquisa foi conduzida através do motor de busca padrão do Google Acadêmico, abrangendo o período de 2010 a 2024 e incluindo estudos publicados em língua portuguesa. Os termos de busca adotados foram: "psicopatologização", "patologização", "medicalização" e "educação".

À medida que o desenvolvimento da pesquisa exigia informações adicionais para enriquecer o estudo, foram conduzidas pesquisas pontuais por meio do mecanismo de busca do Google. Essa abordagem reflete um método científico-epistemológico, conforme enfatizado por Rozeira et al. (2023, p. 02). Dentro da intrincada trama desse método, os autores destacam que "encontramos a beleza na imprevisibilidade, a sabedoria na complexidade e a verdade na dança da descoberta. Cada fio, cada nó, cada

padrão, representa uma expressão singular na incessante busca pelo entendimento". Essa exploração adicional buscou capturar nuances e perspectivas que contribuíssem de maneira significativa para a construção do conhecimento sobre a temática abordada.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **Psicopatologização e Medicalização na Educação: Conceitos e Contextualização**

A psicopatologização na educação refere-se ao processo pelo qual comportamentos, características ou dificuldades dos alunos são interpretados exclusivamente como sintomas de distúrbios mentais, sem considerar adequadamente o contexto social, emocional e cultural em que esses comportamentos ocorre (Rozeira, 2020). Isso pode levar a uma rotulação injusta e estigmatização dos alunos, contribuindo para a criação de um ambiente escolar pouco inclusivo e prejudicando o bem-estar emocional dos estudantes.

Durante a condução desta pesquisa, é importante reconhecer a ocorrência de dois termos similares: patologização e psicopatologização. Ambos os conceitos são frequentemente empregados no contexto do diagnóstico para facilitar a identificação e o tratamento de condições que podem envolver o uso de medicamentos. No entanto, há uma distinção sutil entre eles. A patologização tende a envolver a identificação de sinais em um indivíduo e atribuir a esses sinais um status de doença. Por outro lado, a psicopatologização vai além, interpretando esses sinais e sintomas como manifestações de transtornos mentais específicos. É importante destacar que, embora reconheçamos essa diferença conceitual, neste estudo optamos por utilizar os termos de maneira intercambiável (Rozeira, 2021; Luengo, 2010).

Segundo Freitas e Amarante (2017), após o fim da Segunda Guerra Mundial, a sociedade foi impactada por uma revolução terapêutica, marcada pela descoberta de antibióticos, hormônios e vacinas, assim como pelo desenvolvimento da indústria farmacêutica. Essa transformação na abordagem terapêutica trouxe consigo uma nova concepção de tratamento, com a esperança de combater doenças antes consideradas incuráveis por meio de medicamentos. Na área da saúde mental, por exemplo, os tratamentos baseados em psicofármacos começaram a ganhar espaço, muitas vezes sendo promovidos como "pílulas milagrosas", substituindo abordagens terapêuticas

tradicionais como a psicoterapia.

Na contemporaneidade, o termo medicalização transcende o simples tratamento com substâncias químicas, abrangendo um processo mais amplo no qual problemas que não são necessariamente médicos são definidos e tratados como tal, muitas vezes sendo enquadrados em termos de doenças e desordens (Edington, 2012).

Além disso, o conceito de medicalização tem sido utilizado para analisar os efeitos dos ideais higienistas adotados em determinados períodos da história brasileira na organização e atenção dada por meio da escola e de instituições especializadas. Durante a metade do século XX, a educação e a saúde no Brasil foram profundamente influenciadas por ideias higienistas, que defendiam a necessidade de diagnosticar indivíduos que apresentassem algum tipo de deficiência, transtorno ou questão relacionada à saúde mental. Essa identificação era considerada fundamental para que tais indivíduos recebessem "atenção qualificada" em espaços segregados, como instituições psiquiátricas e escolas com classes especiais (Rozeira, 2021; Luengo, 2010).

Dessa forma, o conhecimento médico, os ideais higienistas e, posteriormente, a organização de testes psicométricos tiveram um impacto significativo na configuração dos processos educacionais no Brasil, moldando e influenciando a forma como os alunos eram percebidos e tratados dentro do ambiente escolar (Silva, 2022).

Conforme Moysés e Collares (2014), a educação, assim como outras áreas sociais, está passando por um processo de medicalização em ritmo acelerado. Essa tendência é justificada, em grande parte, pelo fenômeno do fracasso escolar. A medicalização e a patologização ocorrem dentro de uma perspectiva da ciência médica que concebe o processo de saúde e doença como centrado no indivíduo, favorecendo uma abordagem biológica e organicista.

No entanto, tal abordagem omite um aspecto relevante: o processo saúde-doença é determinado não apenas pelas características individuais do sujeito, mas também pela sua inserção social. Ou seja, é uma expressão tanto do individual quanto do coletivo. E essa visão holística reconhece a interação complexa entre fatores biológicos, psicológicos, sociais e ambientais na determinação da saúde e do bem-estar dos indivíduos (Silva, 2022). Assim, a compreensão da medicalização e da patologização no contexto educacional deve ir além de uma visão exclusivamente biomédica.

Nesse sentido, é fundamental considerar o contexto social, cultural e econômico em que os indivíduos estão inseridos, bem como as relações de poder e as estruturas institucionais que influenciam sua experiência na escola. Somente através de uma abordagem mais ampla e inclusiva entenderemos verdadeiramente os desafios enfrentados no campo educacional e buscar soluções eficazes em promoção do bem-estar e sucesso dos alunos (Silva, 2022).

Já no contexto educacional, a psicopatologização pode se manifestar de várias maneiras. Por exemplo, a hiperatividade de uma criança pode ser erroneamente diagnosticada como Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), sem considerar fatores como a falta de estímulo adequado no ambiente escolar ou questões emocionais subjacentes. Da mesma forma, a timidez de um aluno pode ser interpretada como um sintoma de ansiedade social, sem levar em conta aspectos como a personalidade individual ou a dinâmica da sala de aula (Rozeira, 2021).

Essa abordagem reducionista tende a medicalizar questões comportamentais e emocionais que fazem parte do desenvolvimento normal dos alunos, criando uma cultura de diagnóstico excessivo e intervenções inadequadas. Além disso, a psicopatologização pode resultar em um foco excessivo nos aspectos negativos do aluno, negligenciando seus pontos fortes e potenciais de crescimento (Luengo, 2010).

Conforme Sanches e Amarante (2014), a medicalização de crianças em idade escolar perpetua a crença de que as dificuldades de aprendizagem são intrínsecas ao aluno e derivam de uma suposta "doença", alimentando assim um vasto mercado de serviços que inclui encaminhamentos para avaliação diagnóstica e subsequente prescrição de psicotrópicos. Um aspecto essencial na análise desse fenômeno é a propensão a associar comportamentos considerados inadequados a possíveis distúrbios neurológicos (Rozeira, 2021; Luengo, 2010).

Para corroborar com essa visão crítica sobre a medicalização na saúde mental, é essencial considerar que os princípios ativos dos fármacos têm o potencial de camuflar o comportamento de qualquer indivíduo, independentemente de sua idade. No entanto, essa medida paliativa, por si só, não promove uma evolução significativa no desenvolvimento da saúde mental do sujeito, a menos que seja combinada com um tratamento psicológico adequado, como ressaltado por Rozeira (2020).



Nesse sentido, Formigoni (2013) salienta a importância de revisar o uso de medicamentos, enfatizando a necessidade de uma abordagem mais abrangente na avaliação dos indivíduos. É fundamental analisar os comportamentos dos pacientes para realizar diagnósticos mais completos sobre suas manifestações, que podem ser consideradas como alteradas de acordo com os padrões sociais previamente estabelecidos como ideais de desenvolvimento.

Silva e Baptista (2021) destacam a importância de investir em uma perspectiva despatologizante e desmedicalizante como uma nova abordagem para a compreensão dos processos sociais e diagnósticos. Isso implica na construção de parâmetros analíticos que considerem o sujeito em seu contexto, questionando dinâmicas simplificadoras que demandam a repetição de comportamentos considerados adequados, reconhecendo que cada iniciativa de um indivíduo carrega consigo significados que precisam ser explorados dentro de uma teia complexa de relações, palavras e expectativas sociais.

No entanto, segundo Moysés e Collares (2021), parece que vivemos em uma "era dos transtornos", com um aumento significativo nos diagnósticos de dislexia, TDAH, TOD e outras condições, muitas das quais são constantemente lançadas pela American Psychiatric Association (APA) como novos produtos de mercado, frequentemente acompanhados pelo lançamento de novas drogas pela indústria farmacêutica. Essa interação entre instituições que desenvolvem pesquisas e orientações diagnósticas e a indústria farmacêutica resulta em práticas que se refletem no contexto nacional, desde a ampliação do escopo diagnóstico até o uso de substâncias medicamentosas associadas ao diagnóstico e tratamento.

As consequências dessas práticas diagnósticas e sua tendência à medicalização não afetam apenas o indivíduo, mas também têm um impacto coletivo. Bridi (2021) destaca que essa questão nos afeta profundamente, contribuindo para um adoecimento tanto individual quanto coletivo e, ao mesmo tempo, apagando as diversas nuances da existência humana.

A crescente quantidade de crianças diagnosticadas em nosso contexto cotidiano, conforme observado por professores e apresentado em diversas pesquisas, evidencia a patologização da infância e a produção diagnóstica em massa. Ao questionarmos essas práticas e a inflação diagnóstica, estamos também debatendo os rumos que estamos

tomando na formação da identidade infantil. Reconhecendo que a lógica patologizante e a produção diagnóstica são resultado das ações de diversos atores sociais que compartilham visões definidoras dos fenômenos em questão, é essencial promover um debate plural que possa lançar luz sobre essas dinâmicas e abrir espaço para a construção de novas possibilidades (Silva, 2021).

### **Fatores Contribuintes para a Psicopatologização dos Alunos**

Durante o século XX, a educação emergiu como uma solução apontada para os desafios nacionais, impulsionando um aumento gradual no número de matrículas nas escolas regulares. No Brasil contemporâneo, mais de 97% das crianças estão matriculadas, segundo dados do IBGE (2021). No entanto, uma parcela significativa desses alunos é classificada como analfabeta funcional, ou seja, frequentam as aulas sem desenvolver efetivamente habilidades de leitura e escrita (Mérito, 2024).

Essa disparidade surge devido à diversidade natural de ritmos de aprendizagem entre os estudantes. À medida que mais crianças ingressam no sistema escolar, as diferenças individuais se tornam mais pronunciadas, deixando aqueles que não conseguem acompanhar o ritmo médio da turma para trás. Se não abordado adequadamente, esse desafio pode resultar na perda de autoestima por parte dos alunos e na resignação dos pais diante da ideia de que seus filhos "não têm aptidão para os estudos" (Mérito, 2024).

Dado o contexto de salas de aula com muitas dezenas de alunos, torna-se impraticável para os professores fornecerem atenção individualizada a cada um. Assim, alunos "não aprendem" o conteúdo proposto e são classificados como "doentes".

Além da situação supracitada, vários fatores contribuem para a psicopatologização dos alunos revelando uma interação complexa de diferentes elementos que moldam o ambiente educacional. No Quadro 01, são destacados esses elementos, fornecendo uma visão abrangente dos diversos aspectos que influenciam a interpretação e o manejo dos comportamentos dos alunos. Cada fator delineado no quadro representa uma peça do quebra-cabeça, desde pressões acadêmicas e sociais até problemas familiares e falta de apoio emocional, destacando a importância de uma abordagem holística na compreensão e na prevenção da psicopatologização dos alunos.

**Quadro 01 - Fatores Contribuintes para a Psicopatologização dos Alunos**

FATORES	DESCRIÇÃO
<b>Pressões Acadêmicas e Sociais</b>	O sistema educacional frequentemente valoriza o desempenho acadêmico em detrimento do bem-estar emocional dos alunos. Isso pode levar a uma competição excessiva, estresse crônico e ansiedade relacionada ao desempenho, o que pode ser interpretado erroneamente como sintomas de distúrbios mentais.
<b>Estigma e Discriminação</b>	Alunos que não se enquadram nos padrões tradicionais de comportamento ou aprendizado podem ser estigmatizados e rotulados como "diferentes" ou "problemáticos", aumentando a probabilidade de serem psicopatologizados. Isso é especialmente verdadeiro para grupos minoritários, alunos com deficiências ou aqueles que pertencem a comunidades marginalizadas.
<b>Falta de Suporte Emocional e Psicológico da escola</b>	Muitas escolas carecem de recursos adequados para lidar com as necessidades emocionais e psicológicas dos alunos. A falta de acesso a psicólogos escolares pode levar os educadores a interpretar erroneamente problemas comportamentais como sintomas de distúrbios mentais, em vez de buscar soluções mais abrangentes.
<b>Problemas Sociais / Contexto de Vida</b>	O contexto de vida dos alunos, incluindo fatores como condições socioeconômicas, acesso a recursos básicos, moradia estável e acesso a cuidados de saúde, desempenha um papel significativo em seu desenvolvimento emocional e comportamental. Alunos que vivenciam adversidades em seu ambiente, como pobreza, insegurança alimentar ou falta de acesso a serviços de saúde mental, podem apresentar sintomas de estresse e ansiedade que são interpretados erroneamente como indicadores de problemas mentais.
<b>Falta de Apoio Familiar</b>	Essa questão pode contribuir para o desenvolvimento de problemas emocionais e comportamentais em alunos. A ausência de uma rede de apoio familiar forte pode deixar os alunos vulneráveis a experiências traumáticas e dificuldades emocionais, que podem ser mal interpretadas como sintomas de distúrbios mentais quando manifestadas no ambiente escolar.
<b>Falta de Experiência da Equipe Pedagógica e Professores</b>	<p>A falta de experiência ou treinamento adequado por parte da equipe pedagógica e dos professores pode contribuir significativamente para a psicopatologização dos alunos. Educadores sem familiaridade com o desenvolvimento infantil, teorias da aprendizagem ou estratégias eficazes de gestão de sala de aula podem interpretar erroneamente comportamentos normais como indicadores de problemas mentais.</p> <p><b>Interpretação Errônea de Comportamentos Normais:</b> Professores inexperientes podem não estar familiarizados com a gama de comportamentos típicos em diferentes estágios de desenvolvimento. Isso pode levar à interpretação equivocada de comportamentos normais, como distração, agitação ou timidez, como sintomas de distúrbios mentais, resultando em encaminhamentos para avaliações psicológicas ou intervenções desnecessárias.</p> <p><b>Falha na Identificação de Necessidades Educacionais Especiais:</b> Professores inexperientes podem ter dificuldade em reconhecer e atender às necessidades individuais dos alunos, especialmente daqueles com necessidades educacionais especiais. Em vez de oferecer suporte diferenciado e estratégias de ensino adaptadas, esses alunos podem ser rotulados como "problemáticos" ou "atrasados" em seu desenvolvimento, contribuindo para sua psicopatologização.</p> <p><b>Estratégias de Intervenção Inadequadas:</b> A falta de experiência também pode levar a estratégias de intervenção inadequadas por parte dos educadores. Em vez de abordagens proativas e baseadas em evidências, podem ser adotadas medidas punitivas ou disciplinares que exacerbam os problemas emocionais e comportamentais dos alunos, perpetuando assim a psicopatologização.</p>

Fonte: Autoria própria

No contexto educacional, é comum observar um padrão em que as queixas escolares frequentemente levam a encaminhamentos que rotulam crianças com problemas neurológicos, mentais ou psicológicos, mesmo quando poucas delas apresentam realmente questões graves nesse âmbito. O que muitas vezes acontece é que as expectativas sociais estão fortemente ligadas ao desempenho máximo, especialmente no contexto escolar. Isso significa que crianças e adultos são pressionados a alcançar o melhor desempenho possível em todas as áreas da vida, sem questionar se isso é realmente justo ou saudável (Correa, 2010).

Essa pressão excessiva pode levar a uma visão distorcida dos desafios enfrentados pelas crianças. Por exemplo, quando uma criança apresenta dificuldades na escola, a resposta imediata pode ser diagnosticar um problema neurológico ou psicológico, sem considerar outras possíveis causas ou soluções (Correa, 2010).

Os profissionais da educação e da saúde devem questionar essas práticas e buscar uma abordagem mais holística e compassiva para o acompanhamento das crianças. Isso significa ouvir suas vozes, entender suas experiências e trabalhar junto com elas para encontrar soluções que promovam seu bem-estar emocional e acadêmico de forma equilibrada.

### **Reflexões sobre a Interpretação de Transtornos na Escola**

Já vimos anteriormente que no ambiente escolar, é comum que comportamentos específicos dos alunos levem os professores a suspeitarem da presença de transtornos mentais subjacentes. Mas vamos aos exemplos: um aluno que demonstra dificuldade em manter a atenção durante as aulas, frequentemente se distrai facilmente e tem problemas para completar as tarefas pode ser erroneamente interpretado como sofrendo de Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH); da mesma forma, um estudante que exhibe comportamentos impulsivos, agressivos ou desafiadores pode ser rotulado como tendo Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) ou Transtorno de Conduta (TC) (Castanhola; Papa, 2021).

Além disso, sinais de ansiedade social, como evitar interações sociais, falar pouco em sala de aula e apresentar sinais de nervosismo em situações sociais, podem levar os professores a suspeitar de Transtorno de Ansiedade Social. Da mesma forma,

comportamentos repetitivos, interesses obsessivos em determinados assuntos e dificuldades na comunicação social podem ser mal interpretados como sintomas de Transtorno do Espectro Autista (TEA) (Castanhola; Papa, 2021).

Essas interpretações muitas vezes levam os professores a recomendar que os alunos sejam encaminhados a especialistas em saúde mental tais como neurologistas ou psiquiatras para uma avaliação mais aprofundada. Na maioria dos casos, resultam na prescrição de medicamentos, como metilfenidato para TDAH, fluoxetina para ansiedade ou risperidona para comportamentos agressivos associados a transtornos disruptivos (Castanhola; Papa, 2021).

No entanto, é importante reconhecer que nem todos os comportamentos desafiadores dos alunos são indicativos de transtornos mentais. Muitas vezes, esses comportamentos podem ser uma resposta a fatores ambientais, como estresse familiar, dificuldades de aprendizado ou problemas sociais. Portanto, é fundamental que os professores recebam treinamento adequado para identificar e responder de forma eficaz a esses comportamentos, oferecendo apoio emocional e implementando estratégias de gestão de sala de aula que atendam às necessidades individuais dos alunos. Além disso, uma abordagem colaborativa entre educadores, profissionais de saúde e famílias é essencial para garantir uma avaliação completa e um plano de intervenção adequado, que leve em consideração o contexto específico de cada aluno.

### **Reflexões sobre Alunos Neurotípicos e Professores**

A integração dos alunos em sala de aula, embora seja um direito garantido por lei, é uma tarefa complexa que demanda um profundo entendimento das características individuais de cada estudante. Nesse contexto, os educadores desempenham um papel fundamental ao buscar capacitação e explorar novas técnicas e recursos para enriquecer a didática em suas salas de aula (Tiburski, 2023).

Para proporcionar uma educação verdadeiramente inclusiva, o primeiro passo é conhecer o perfil de cada aluno. Cada indivíduo é único, com suas próprias habilidades e desafios a serem enfrentados ao longo de sua jornada acadêmica. Portanto, é essencial que os educadores compreendam as limitações e aptidões de cada aluno, bem como suas necessidades específicas de aprendizagem (Tiburski, 2023).

Ao ter um entendimento claro do perfil de cada estudante, os professores podem desenvolver planos e atividades mais eficazes, aumentando a probabilidade de engajamento e sucesso para toda a turma. Essa intencionalidade pedagógica é crucial para facilitar e otimizar o processo de aprendizagem, adaptando as atividades de acordo com as necessidades individuais de cada aluno (Tiburski, 2023).

Além disso, é importante pensar na integração dos alunos em aulas inclusivas. Propor atividades que envolvam todos os estudantes promove o respeito e a tolerância, ao mesmo tempo em que evita a segregação e o isolamento dos alunos com deficiência. A inclusão não se trata apenas de dar acesso aos recursos educacionais, mas também de criar um ambiente de respeito e cooperação entre os alunos (Tiburski, 2023).

Nesse sentido, o uso de múltiplos recursos e tecnologias desempenha um papel crucial na promoção da inclusão em sala de aula. Ferramentas tecnológicas podem oferecer suporte adicional aos alunos com deficiência, permitindo que eles participem plenamente das atividades educacionais. Da mesma forma, é importante utilizar uma variedade de materiais e abordagens de ensino para atender às diferentes necessidades de aprendizagem dos alunos (Tiburski, 2023).

Segundo Tiburski (2023) é fundamental criar um ambiente de respeito e cooperação entre os alunos, onde a valorização da diversidade seja uma prioridade. Ao incentivar o companheirismo e as boas relações entre os estudantes, os professores podem contribuir para o desenvolvimento de um ambiente escolar inclusivo e acolhedor para todos.

Diante deste contexto, a psicopatologização de alguns alunos na escola pode ter um impacto significativo não apenas na vida desses alunos considerados "neurotípicos", mas também nos próprios professores que lidam com essa situação delicada (Fischer, 2019).

Para os alunos considerados neurotípicos, o ambiente escolar pode se tornar tenso e estressante quando há uma ênfase excessiva na identificação e tratamento de problemas neurológicos, mentais ou psicológicos. Isso pode criar um clima de desconfiança e até mesmo estigmatização, onde as crianças se sentem constantemente avaliadas e comparadas aos seus colegas rotulados como "diferentes". Além disso, pode criar uma cultura onde a diversidade e as diferenças individuais não são valorizadas,

prejudicando o desenvolvimento de empatia e respeito mútuo entre os alunos (Fischer, 2019).

Para os professores, estar no meio dessa dinâmica pode ser desafiador e estressante. Eles podem se sentir sobrecarregados com as demandas de identificar e lidar com problemas comportamentais e de aprendizado em sala de aula, especialmente quando esses problemas são vistos através de uma lente exclusivamente patologizante. Isso pode levar a um clima de frustração e impotência, onde os professores se sentem inadequados para lidar com as necessidades variadas de seus alunos e são forçados a seguir protocolos que podem não ser os mais adequados para cada situação individual (Fischer, 2019).

Além disso, a psicopatologização excessiva pode desviar a atenção dos verdadeiros desafios enfrentados pelos alunos e impedir a implementação de abordagens mais inclusivas e holísticas para a educação. Em vez de focar apenas em "corrigir" o comportamento ou a neurodiversidade das crianças, seria mais produtivo investir em ambientes escolares que promovam a aceitação, a diversidade e o apoio emocional para todos os alunos, independentemente de suas características individuais.

Portanto, é essencial que as escolas e os educadores reconheçam o impacto da psicopatologização na vida dos alunos e dos professores, e trabalhem para promover uma cultura escolar que valorize a diversidade, a inclusão e o bem-estar emocional de todos os envolvidos. Isso requer uma abordagem mais sensível e empática, onde cada aluno é visto como um indivíduo único, com suas próprias necessidades e potenciais.

### **Estratégias para Combater a Psicopatologização**

Para superar o problema da psicopatologização dos alunos, é necessário adotar uma abordagem abrangente que envolva intervenções em vários níveis do sistema educacional e da sociedade. Isso implica em estratégias que promovam a saúde mental desde uma perspectiva preventiva, incluindo a promoção de ambientes sociais e escolares mais saudáveis, o fortalecimento das habilidades de enfrentamento e resiliência emocional, e o incentivo ao autocuidado e à busca de apoio social e psicológico quando necessário. Vejamos no Quadro 02 algumas medidas-chave que podem ser implementadas.

## Quadro 02 - Estratégias para combater a psicopatologização

ESTRATÉGIAS
<p><b>1. Promover a conscientização e a educação:</b> É fundamental aumentar a conscientização sobre a psicopatologização na comunidade educacional, fornecendo treinamento e recursos para educadores, pais e profissionais de saúde mental. Isso pode incluir workshops, seminários e materiais educacionais que abordem os estereótipos e preconceitos associados aos transtornos mentais na escola.</p>
<p><b>2. Implementar políticas inclusivas:</b> As políticas educacionais devem ser reformuladas para promover a inclusão e a diversidade, garantindo que todos os alunos tenham acesso a um ambiente de aprendizado que respeite suas diferenças individuais. Isso pode envolver a implementação de programas de educação inclusiva, a criação de ambientes escolares acolhedores e a adoção de práticas de ensino diferenciadas que atendam às necessidades de todos os alunos.</p>
<p><b>3. Fornecer suporte emocional e psicológico:</b> As escolas devem investir em serviços de apoio emocional e psicológico para os alunos, garantindo que tenham acesso a conselheiros, psicólogos e outros profissionais de saúde mental qualificados. Isso pode ajudar a reduzir o estigma associado aos problemas de saúde mental e oferecer o suporte necessário para lidar com questões emocionais e comportamentais de forma saudável.</p>
<p><b>4. Promover uma cultura de aceitação e respeito:</b> As escolas devem trabalhar ativamente para promover uma cultura de aceitação e respeito, onde todas as formas de diversidade sejam celebradas e valorizadas. Isso pode incluir a implementação de programas de conscientização sobre diversidade, a promoção do diálogo aberto sobre questões relacionadas à saúde mental e a criação de espaços seguros onde os alunos se sintam confortáveis para serem eles mesmos.</p>
<p><b>5. Combater as causas subjacentes da psicopatologização:</b> Além de abordar os sintomas da psicopatologização, é importante também lidar com as causas subjacentes desse fenômeno, como as pressões acadêmicas excessivas, o estigma social e as desigualdades estruturais. Isso pode exigir mudanças mais amplas na sociedade, incluindo a reforma do sistema educacional, a promoção da igualdade de oportunidades e o combate ao estigma associado aos transtornos mentais.</p>
<p><b>6. Capacitação de Professores:</b> Os educadores desempenham um papel fundamental na identificação precoce de problemas de saúde mental entre os alunos. Portanto, é crucial fornecer treinamento e capacitação adequados aos professores, desde sua formação, para que possam reconhecer os sinais e sintomas de possíveis distúrbios, entender melhor as necessidades individuais dos alunos e saber como oferecer o suporte inicial apropriado. Isso pode incluir workshops regulares, cursos de desenvolvimento profissional e acesso a recursos educacionais relevantes sobre saúde mental na escola.</p>
<p><b>7. Colaboração com Profissionais de Saúde:</b> Além da capacitação dos professores, é importante estabelecer canais eficazes de colaboração entre as escolas e os profissionais de saúde mental, como psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais. Essa colaboração pode envolver a realização de avaliações mais aprofundadas para alunos que apresentam sinais de dificuldades emocionais ou comportamentais, bem como o desenvolvimento de planos de apoio individualizados para atender às necessidades específicas de cada aluno. Os profissionais de saúde também podem oferecer orientação e supervisão aos educadores no manejo de questões relacionadas à saúde mental na escola.</p>
<p><b>8. Melhoria na Avaliação Profissional:</b> Uma avaliação mais criteriosa por parte dos profissionais de saúde pode ajudar a evitar a psicopatologização excessiva dos alunos, garantindo que os diagnósticos sejam baseados em uma compreensão holística e contextualizada de sua situação. Isso significa considerar não apenas os sintomas observados, mas também os fatores sociais, emocionais e culturais que podem estar contribuindo para o comportamento do aluno. Os profissionais de saúde devem adotar uma abordagem colaborativa e multidisciplinar, trabalhando em conjunto com os educadores e outros membros da equipe escolar para garantir uma avaliação abrangente e precisa.</p>

Fonte: Autoria própria

Em última análise, superar o problema da psicopatologização dos alunos requer um compromisso contínuo com a mudança sistêmica e a criação de um ambiente educacional que valorize a diversidade, promova o bem-estar emocional e ofereça suporte adequado a todos os alunos, independentemente de suas diferenças.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crescente medicalização dos problemas comportamentais e educacionais no ambiente escolar tem levantado sérias preocupações sobre os efeitos negativos dessa abordagem na vida dos alunos. Ao invés de abordar as questões sociais, históricas e estruturais que contribuem para os desafios enfrentados pelos estudantes, a medicalização tende a simplificar problemas complexos em diagnósticos clínicos, muitas vezes resultando na prescrição excessiva de medicamentos.

Neste contexto, é importante repensar a abordagem da medicalização na educação e questionar suas implicações éticas, sociais e políticas. Em vez de tratar problemas como o TDAH, a ansiedade ou o autismo como simplesmente questões médicas, devemos considerar o papel do ambiente escolar, das relações sociais e das condições socioeconômicas na manifestação desses problemas.

Ao desresponsabilizar a escola e o sistema educacional de sua obrigação de proporcionar um ambiente de aprendizado inclusivo e de apoio, a medicalização pode perpetuar estigmas e prejudicar o desenvolvimento saudável dos alunos. Além disso, ao transformar questões sociais em problemas individuais, a medicalização pode obscurecer as raízes dos desafios enfrentados pelos estudantes e impedir intervenções mais amplas e eficazes.

É fundamental reconhecer que a medicalização não é uma solução definitiva para os problemas educacionais e comportamentais. Em vez disso, devemos promover abordagens mais holísticas e inclusivas, que levem em consideração o contexto social, cultural e histórico dos alunos. Isso envolve a implementação de estratégias de apoio emocional, intervenções educacionais e políticas sociais que abordem as causas subjacentes dos problemas enfrentados pelos estudantes.

O fenômeno da psicopatologização tornou-se uma realidade cada vez mais comum na sociedade, especialmente quando há interesses econômicos e políticos em jogo nos bastidores. Existe uma tendência generalizada na medicina de transformar em problemas médicos questões que têm origem social, econômica, política e cultural. No entanto, apesar das críticas a esse processo, é importante reconhecer que o uso de psicofármacos pode ter efeitos positivos, tanto na vida de alguns indivíduos quanto na transformação do sistema de cuidados e tratamento da saúde mental.



Em muitos casos, os medicamentos psicotrópicos são parte essencial do tratamento de transtornos mentais, especialmente aqueles com origens biológicas bem definidas. Quando há suspeita de um transtorno mental e o sujeito é encaminhado a um profissional da saúde, a confirmação desse transtorno não apenas impacta a família do indivíduo, mas também coloca uma responsabilidade significativa sobre os ombros dos profissionais de saúde que passarão a atendê-lo.

É importante ressaltar que a decisão de utilizar psicofármacos deve ser cuidadosamente avaliada e discutida entre o paciente, sua família e os profissionais de saúde envolvidos. Além disso, é fundamental considerar abordagens terapêuticas complementares, como a psicoterapia, a terapia ocupacional e a intervenção social, para garantir um tratamento abrangente e eficaz. Em última análise, a psicopatologização da vida não deve ser vista como uma abordagem simplista para problemas complexos, mas sim como um aspecto de um sistema de saúde mental mais amplo que requer uma análise crítica e reflexiva.

Reconhecer a psicopatologização na educação é o primeiro passo para desfazer suas amarras. É compreender que os problemas escolares não são simplesmente questões médicas, mas sim manifestações de injustiças sociais, pressões acadêmicas e falta de apoio emocional. É adotar uma abordagem holística e colaborativa, onde cada aluno é visto como um ser único, com necessidades e potenciais distintos.

É hora de desafiar o olhar que rotula, estigmatiza, desestabiliza. É hora de construir uma educação que celebre a diversidade, valorize a individualidade e promova o bem-estar de todos os alunos, independentemente de suas diferenças. É hora de transformar o ambiente escolar em um espaço de crescimento, aprendizado e aceitação, onde cada criança possa florescer em sua plenitude.

Em última análise, repensar a medicalização na educação requer um compromisso coletivo com a justiça social, a equidade educacional e o bem-estar dos alunos. Somente através de uma abordagem mais crítica e reflexiva podemos criar ambientes escolares que promovam o crescimento, o desenvolvimento e o sucesso de todos os estudantes, independentemente de suas diferenças individuais.



## REFERÊNCIAS

- BRIDI, Fabiane Romano de Souza; BAPTISTA, Claudio Roberto. **Deficiência mental e pesquisa: atualidades e modos de conhecer.** In: Seminário de pesquisa em educação da região sul, 9., 2012, Caxias do Sul. Anais... Caxias do Sul, RS: UCS, 2012. Disponível em: <https://silo.tips/download/deficiencia-mental-e-pesquisaatualidades-e-modos-de-conhecer>
- CASTANHOLA, M. E.; PAPA, L. P. Uso abusivo de medicamentos psicotrópicos e suas consequências. **Revista Multidisciplinar em Saúde**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 16, 2021. DOI: 10.51161/rem/1028.
- CORREA, Andrea Raquel Martins. Infância e patologização: crianças sob controle. **Rev. bras. psicodrama**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 97-106, 2010.
- EDINGTON, Vera Lucia Tourinho. **A medicalização da infância: uma leitura psicanalítica.** 2012. 98 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de PósGraduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- FISCHER, M. L.. Tem um Estudante Autista na minha Turma! E Agora? O Diário Reflexivo Promovendo a Sustentabilidade Profissional no Desenvolvimento de Oportunidades Pedagógicas para Inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 25, n. 4, p. 535–552, out. 2019.
- FORMIGONI, M.C. **O que é uma criança para a psicanálise? Considerações sobre estrutura e o infantil.** 2013. Dissertação de mestrado- Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.
- FREITAS, Fernando; AMARANTE, Paulo. **Medicalização em psiquiatria.** 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2017.
- LUENGO, F. C. **A vigilância punitiva: a postura dos educadores no processo de patologização e medicalização da infância.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- MANCINI, MC; SAMPAIO, RF. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Rev. bras. fisioter.**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007.
- MENEZES, E. T; SANTOS, T. H. Verbete educação para todos. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil.** São Paulo: Midiamix Editora, 2015. Disponível em <<https://educabrasil.com.br/educacao-para-todos/>>.
- MÉRITO. Meu filho não aprende, tomar remédio é a solução? **Mérito Acompanhamento Escolar**, 2024. Disponível em: <https://www.meritoreforcoescolar.com.br/blog/9-meu-filho-nao-aprende-tomar-remedio-e-a-solucao>
- MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso; COLLARES, Cecília Azevedo Lima. **Medicalização do comportamento e da aprendizagem: a nova face do obscurantismo.** In: VIÉGAS, Lygia de Sousa et al. (Orgs.). Medicalização da educação e da sociedade. Ciência ou mito? Salvador, BA: EDUFBA, 2014. p. 21-46.
- MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso; COLLARES, Cecília Azevedo Lima. **Diferenças, desigualdades e direitos: raízes da medicalização/patologização da vida e na escola.** In: CECCIM, Ricardo Burg; FREITAS Cláudia Rodrigues de. Fármacos, remédios, medicamentos: o que a educação tem com isso? Porto Alegre: Rede Unida, 2021. p. 53-64.



PAIVA, V. L. M. O. **Manual de Pesquisa em Estudos Linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2019.

ROZEIRA, C. H. B.; ROZEIRA, C. F. B.; SILVA, M. F. da. **Trama Epistemológica: Entretecendo o Conhecimento Científico**. Portal Zenodo, 2023. Disponível em <https://doi.org/10.5281/zenodo.10002060>

ROZEIRA, Carlos Henrique Barbosa. A psicopatologização da vida. Congresso Interdisciplinar de Direitos Humanos e Fundamentais. **Perspectivas do direito à saúde**. Editora CAED-JUS, 2020.

SANCHES, Valéria Nogueira Leal; AMARANTE, Paulo Duarte de Carvalho. Estudo sobre o processo de medicalização de crianças no campo da saúde mental. **Saúde em Debate**, v. 38, f. 506–514, 2014.

SILVA, Carla Maciel da. **Deficiência, contexto escolar, patologização da vida e processos diagnósticos**: entre o mapa e o território. Tese apresentada ao Programa de PósGraduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de Doutora em Educação. 2022.

TIBURSKI, Raquel. 5 melhores práticas para trabalhar a inclusão em sala de aula. **Diário Escola**, 2023. Disponível em <https://diarioescola.com.br/inclusao-em-sala-de-aula/>